

Uma experiência de educação popular feminista no enfrentamento do tráfico de mulheres e meninas

Com o lançamento da publicação *Tráfico de Mulheres e Meninas: educação popular feminista para implementar políticas públicas*, a Associação Mulheres pela Paz compartilha a experiência do projeto “Tráfico de Mulheres e Meninas: educação popular feminista para implementar políticas públicas”, desenvolvido em 2018 e 2019, com ações em dez cidades do estado de São Paulo: Santo André, Santos, Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba, São Sebastião, Marília, São José dos Campos, Campos do Jordão e São Paulo.



Além dos relatórios sobre as atividades realizadas, a publicação traz textos de Vera Vieira (diretora executiva da Associação Mulheres pela Paz), Maria Amélia de Almeida Teles (fundadora da União de Mulheres de São Paulo), Silmara Conchão (professora da Faculdade de Medicina do ABC), Luana Cristina Ferreira de Oliveira (vice coordenadora do Instituto Lélia González), Thara Wells Corrêa (presidenta da ATS - Associação Transgêneros de Sorocaba), Flávio Urra (psicólogo e coordenador do Programa E Agora José?) e Tatiana Pinangé (pedagoga e colaboradora do movimento de prostitutas da Paraíba).

Leia a seguir o texto de Apresentação assinado por Vera Vieira e Clara Charf:

Apresentação

Uma construção conjunta de teoria e prática para avançar no enfrentamento ao tráfico de mulheres e meninas

Esta publicação é um instrumento de multiplicação contendo a experiência do projeto “Tráfico de Mulheres e Meninas: educação popular feminista para implementar políticas públicas”, que foi desenvolvido nos anos de 2018-2019, com atividades de campo em dez cidades do estado de São Paulo: Santo André, Santos, Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba, São Sebastião, Marília, São José dos Campos, Campos do Jordão e São Paulo (evento final). Foram realizadas oficinas, painéis públicos, materiais didáticos e intervenção nos diferentes meios de comunicação de massa, com conteúdos alicerçados na constatação de que a trágica realidade do tráfico de pessoas é uma questão de gênero - mais de 70% das vítimas são mulheres - com as interseccionalidades de classe social, raça-etnia, orientação sexual e identidade de gênero.

Com as atividades educativas, de articulação de integrantes da rede de serviços, além da conscientização da população em geral, buscou-se implementar ações que visem políticas públicas efetivas nos âmbitos da prevenção, repressão, responsabilização e atendimento às vítimas. As atividades foram desenvolvidas com base na metodologia de educação popular feminista, cuja construção é dialógica, envolvendo lideranças efetivas ou potenciais, com poder de multiplicação, dos diferentes segmentos, que atuam junto a ONGs, órgãos públicos, universidades, instâncias legislativas, além da população em geral. Esse envolvimento conjunto se dá nas três fases consideradas pela metodologia: antes, durante e após.

Em seu conteúdo, esta publicação apresenta tanto textos com os conceitos básicos para o aprofundamento da temática, os quais se entrelaçam na metodologia proposta — tais como realidade do tráfico de pessoas, feminismos, relações sociais de gênero, racismo, LGBTfobia, masculinidades e prostituição —, quanto os destaques das especificidades da produção de cada localidade. Ao final da experiência em cada cidade, foi possível elaborar

uma lista com sugestões de ações e políticas públicas necessárias para o enfrentamento ao tráfico de mulheres e meninas.

É importante ressaltar que, paralelamente às oficinas descentralizadas com lideranças efetivas ou potenciais, foi realizado um painel público reunindo especialistas na temática, a população em geral e os meios de comunicação de massa, visando a alcançar um público mais amplo e heterogêneo. Conseguiu-se, assim, cooptar um público maior para a luta conjunta pelo enfrentamento ao tráfico de mulheres e meninas, uma das expressões da violência de gênero, que é considerada a mais forte consequência da construção assimétrica das relações sociais de gênero, colocando o homem em condição de superioridade à mulher.

E por falar nas mídias, o trabalho de intervenção foi previsto desde a fase preparatória das atividades. Houve o entendimento conjunto com as lideranças locais para o levantamento das possibilidades de incidência nos diferentes meios de comunicação de massa, incluindo televisão, jornais, revistas, rádios e internet. Em alguns locais, as atividades se tornaram um dos assuntos principais dos noticiários. Foram, também, o tema do momento nas redes sociais, que são essenciais para uma estratégia feminista de intervenção comunicacional a distância, pois elas se tornaram o ancoradouro de produção e difusão independentes, consolidando uma cultura de participação que expressa, de forma inovadora, valores e atitudes primordiais à evolução da cidadania plena.

Para levar adiante todas as ações deste projeto, a Associação Mulheres pela Paz (AMP) contou com a importante parceria nacional de algumas entidades: Rede Mulher de Educação, Asbrad - Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude, União de Mulheres de São Paulo, Geledés Instituto da Mulher Negra, Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres. Em todas as localidades, houve a imprescindível parceria de cerca de dez entidades governamentais e não governamentais, além de representantes do legislativo, sem o que não seria possível a realização das atividades. A verba do projeto é fruto de uma emenda parlamentar da deputada federal Luiza Erundina, tendo o apoio da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, do Ministério da Mulher, da Família e dos

Direitos Humanos, do Governo Federal.

Em resumo, espera-se alcançar os seguintes resultados: a) Contribuir para a ampliação e o acúmulo da discussão sobre o tema do tráfico de mulheres dentro do movimento feminista e na sociedade como um todo; b) Aumentar a sensibilidade da mídia e da opinião pública sobre a gravidade dessas questões, como consequência das desigualdades de gênero; c) Embasar políticas públicas de prevenção, repressão, responsabilização e atendimento às vítimas, priorizando ações voltadas para os direitos humanos; d) Considerando-se o preconceito e a criminalização das vítimas, contribuir para implementar uma dinâmica de construção/ desconstrução de conceitos-chaves relacionados ao tráfico de pessoas, com atores diversos, visando à desvinculação das leis de crime organizado e de migração; e) Aumentar a sensibilidade da opinião pública, mídia, gestores públicos e lideranças dos movimentos sociais sobre a gravidade do tráfico de mulheres como resultante das desigualdades de gênero, classe, raça, orientação sexual/identidade de gênero e geracional na sociedade, bem como do tráfico de pessoas em geral; f) Difundir amplamente as informações sobre os riscos que podem levar ao tráfico de mulheres; medidas de prevenção; o Disque 100 e o Ligue 180, da SNPM; g) Fortalecer a rede de serviços contra o tráfico humano, tanto em âmbito das organizações governamentais como não governamentais e de universidades, com vistas a ampliar a luta pelo enfrentamento do tráfico sexual e, logo, da violência contra a mulher.

Esta experiência adiciona-se aos cinco anos de aprofundamento do tema pela Associação Mulheres pela Paz, com atividades em todas as regiões brasileiras e uma pesquisa nacional inédita, qualiquantitativa, realizada em parceria com o Datafolha Instituto de Pesquisas, intitulada “Percepção da Sociedade sobre o Tráfico de Mulheres”, cujos resultados são a base da atual iniciativa.

Vera Vieira e Clara Charf

[Clique aqui para acessar a publicação: Tráfico de Mulheres e Meninas: educação popular feminista para implementar políticas públicas \(Associação Mulheres pela Paz, 2019\)](#)

Resgatadas do inferno: as mulheres trans libertadas do tráfico de pessoas

Dezenas eram exploradas sexualmente no interior de SP; aqui, elas lembram os dias de terror e descrevem como vivem a rara oportunidade da segunda chance

[\(Cláudia, 28/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Há duas maneiras de contar a história de Juliana* e Letícia* - começando pelo presente ou pelo passado. Se for pelo presente, você vai conhecer duas mulheres de pouco mais de 20 anos que madrugam todos os dias para cruzar São Paulo em busca dos seus sonhos; hoje elas podem sonhar.

Contratadas por uma multinacional de moda com mais de 200 lojas espalhadas pelo Brasil, comemoraram, juntas, algo que consideravam impossível - o emprego com carteira assinada. A velha máxima de que uma oportunidade puxa outra se mostrou verdadeira para Juliana, recém-ingressa em uma faculdade privada de administração - caminho também almejado pela colega. Quem as vê sorrindo, com vestido colorido em um domingo de folga, não imagina o sofrimento, a violência física e emocional e as violações de direitos humanos impostos a cada uma delas há bem pouco tempo. Agressões essas causadas pela família, pela sociedade e pelos patrões.

O passado foi manchete em agosto de 2018: **“Mulheres vítimas de tráfico de pessoas são resgatadas de exploração sexual em Franca”**. A cidade, a 390 quilômetros de São Paulo, é berço da indústria calçadista. “Eu era uma escrava”, diz Juliana, libertada na Operação Fada Madrinha. A notícia se repetiria em março deste ano, em Ribeirão Preto, no interior paulista, durante a Operação Cinderela, que envolveu o Ministério Público, a Polícia Federal, o Ministério Público do Trabalho e auditores da Subsecretaria de

Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia, resgatando dezenas de vítimas, entre elas Mariana* e Fernanda*.

Desta vez, além da acusação de exploração sexual, somou-se a de trabalho análogo ao de escravo. Foi o primeiro caso do grupo móvel de auditores fiscais do trabalho escravo de São Paulo, ligado ao Ministério da Economia, a estabelecer o endividamento no trabalho, entre outras violações, como forma de obrigar as jovens a se prostituir.

Ouvir a tormenta que marcou a trajetória de cada uma é como escutar a mesma música, com acordes dramáticos, repetidas vezes. Canção esta que se repete na vida de mais de 90% das mulheres trans, segundo organizações não governamentais. Não há dados oficiais. As quatro resgatadas e retratadas aqui foram expulsas de casa pelos pais e irmãos na adolescência ou após a morte da mãe. A mesma família que, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, deveria acolhê-las. “Se minha mãe estivesse viva, você não estaria conversando comigo agora, porque a minha história nunca seria esta”, diz Letícia.

O relatório sobre tráfico de pessoas do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, de 2016, mostra que os casos atingiram número recorde em 13 anos. “A vasta maioria das vítimas de tráfico para exploração sexual e 35% das traficadas para trabalho forçado são do sexo feminino”, escreveu Yury Fedotov, o diretor da área, no prefácio do documento.

Tráfico de pessoas, segundo o Protocolo de Palermo (2003), do qual o Brasil é signatário, é o “recrutamento, transporte, abrigo ou recebimento de pessoas por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração sexual”.

O chamado para se prostituir não chega rapidamente. A vítima ideal precisa ter convicção de que nunca terá uma vida como outras jovens, com família, escola e amigos. Juliana afirma ter sido jogada de um carro aos 16 anos, depois de ser mantida refém sob a mira de um revólver por horas. Até o

túmulo o agressor tinha escolhido, um canavial. Pensou que morreria como a irmã, a facadas, por ser trans.

Todas as mulheres entrevistadas aqui afirmam ter tentado, sem sucesso, vagas de emprego antes de ir para as ruas, mas eram recusadas por não ser o perfil da empresa. A exclusão do mercado de trabalho contribui para a prostituição, como mostrou um relatório da então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, hoje Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. “Passamos esse tempo todo acreditando que não temos potencial, que não nos querem trabalhando na loja do shopping, mas na rua a gente serve”, diz Fernanda, que raramente se expressa.

A exploração parece roubar das mulheres a capacidade de reagir. “É mais fácil rotular, chamar de prostituta e reproduzir o preconceito por desconhecimento do que tentar descobrir a capacidade de cada uma dessas meninas”, afirma a assistente social Disanira Maia Peria, do interior de São Paulo.

O sonho custa caro

“Eles vendem um mundo que não existe”, lembra Juliana. O marketing dos criminosos, somado à vulnerabilidade das garotas, torna a proposta dos aliciadores irrecusável. Eles oferecem o sonho que parece impossível, com direito a casa, uma rede que funciona como família e uma vida sem humilhações. Para quem não tem nada - nem dinheiro para comer - e vive nas ruas desprotegida, esse lar é tentador. Com passagens pagas pelos donos das casas (apenas o começo de uma série de dívidas às quais os criminosos as submetem), elas saem de todos os cantos do país rumo a regiões prósperas, como Franca e Ribeirão Preto. O pesadelo começa em hospedagens sujas, sem geladeira e até sem água na torneira.

A prostituição é tratada como um trabalho temporário e um caminho para alcançar o ideal de corpo perfeito. “A mulher trans deseja ser feminina e bonita para se tornar reconhecida socialmente. Isso porque as pessoas acabam desmerecendo, acusando ou moralizando a construção do corpo delas. Equivale, para elas, à imagem de pessoa bem-sucedida que muitos têm. É uma expectativa bastante cruel”, afirma o psicólogo Aureliano Lopes, do Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e

Direitos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Mais uma vez, em troca de valorização, é exigido das mulheres um padrão de beleza, que, no caso desse grupo, tem ainda outro fator de importância, pois muitas vezes as protege da violência. “Na rua, a mulher trans é apontada como homem, e aí ela corre mais riscos.”

Juliana chamava a cafetina de madrinha. Essa relação familiar é comum, explicam os especialistas. Mesmo exploradas, as mulheres se sentem protegidas por essas pessoas. Já a madrinha a tachava de traveco porque Juliana não tinha seios fartos, quadris demarcados, cabelos longos, nariz fino e lábios grossos - atributos relacionados à mulher padrão.

Em Ribeirão Preto, a regra diz que as denominadas travecos não podem se prostituir no mesmo local que as trans, como se ambas não fossem mulheres. Para esse grupo sobram os piores pontos e clientes. A pressão não é por preconceito. Como as cafetinas lucram diretamente com os procedimentos estéticos, sejam eles cirúrgicos ou não, dão os melhores lugares nas ruas às que já fizeram intervenções. “Entretanto, a rede prefere recrutar quem ainda não passou pela transformação, porque ela vai querer mudar, gastar. E a dona da casa vai lucrar. Quando as modificações terminam, as trans podem ser enviadas para fora do país, e aí abre-se uma nova vaga”, afirma André Roston, auditor fiscal do trabalho.

A aplicação clandestina de silicone industrial é feita pelas bombadeiras, que, às vezes, são as próprias cafetinas. Elas injetam a substância com seringas utilizadas em tratamentos de cavalos. Mulheres que receberam o silicone contam que o líquido entra no corpo rasgando caminhos. O litro custa, em média, 50 reais, mas pagam 1,5 mil reais por ele, e o lucro é dividido entre a cafetina e a bombadeira.

Por se tratar de um procedimento irregular, o silicone industrial pode circular e se acumular em outras regiões do corpo; por exemplo, nos pés. Para retardar a descida, a pessoa precisa obrigatoriamente ficar imóvel. Se a aplicação foi nas nádegas, ela passará ao menos 20 dias na mesma posição - ali vai dormir, acordar, comer e fazer as necessidades. Como o produto queima a pele, as jovens tapam o buraco deixado pela seringa com supercola

e, depois, fazem uma tatuagem para esconder a marca.

A cafetina também cobra uma taxa sobre cada cirurgia plástica. O valor pode ser até 2 mil reais a mais do que o total do procedimento. E não há nenhuma garantia na fase de cuidados. Uma jovem recém-operada discutiu com a cafetina e foi expulsa da casa com pus nos pontos. O financiamento inclui, ainda, outros procedimentos estéticos, como dente de porcelana e depilação a laser. Dois médicos são investigados por exercício irregular da profissão. Além de beneficiarem as cafetinas, eles reutilizariam próteses de silicone nas mulheres trans, entre outras acusações.

Para que as jovens sigam endividadas e, assim, obrigadas a trabalhar aos sábados, das 18 horas às 6 da manhã, há outras cobranças. A mensalidade na casa em Franca - um quarto sujo dividido por quatro pessoas - custava às entrevistadas resgatadas 4,5 mil reais por mês. Em Ribeirão Preto, o valor era de 50 reais por dia, mas havia uma segunda taxa, de 70 reais, supostamente uma poupança para futuras cirurgias.

“Quem não quitava a diária à noite não podia dormir ali”, afirma a procuradora Sabrina Menegária, do Ministério Público Federal. Depois que amanhecia, era obrigada pela cafetina a voltar para a rua com salto alto e maquiada até juntar o suficiente para pagar a diária. Outra represália é o castigo físico. “Eu nunca tinha visto uma pessoa apanhar até aquele dia em que a menina não pagou. Bateram para machucar, deixar marca. Chutavam e davam muitos socos”, lembra Mariana. “Quem ficava devendo era ameaçada. Diziam que jogariam a gente nua na rua”, completa.

Se as jovens quebrassem algo em casa ou desrespeitassem alguma regra, pagavam uma taxa a partir de 100 reais. A cafetina revendia para elas peças compradas na cidade por até cinco vezes o valor. Caso comprassem roupas e sapatos em outro lugar, eram taxadas também. Se uma garota não tinha dívida, a cafetina criava uma exigência, como uma peruca nova de 2 mil reais. “O tráfico de pessoas movimenta tanto ou mais dinheiro do que o de drogas aqui e no mundo”, afirma Stella Scampini, procuradora regional da República.

A esburacada e mal iluminada Avenida Brasil é um dos pontos de prostituição

de Ribeirão Preto. De noite e de dia, veem-se mulheres com roupas justas, cabelos longos e brincos brilhantes. Ciclistas, motoqueiros e até motoristas fazem a ronda dos pontos - não só para protegê-las mas para averiguar se estão trabalhando e quantos programas fazem. A informação é repassada para a cafetina, que confere e confisca o dinheiro sob o pretexto de depositar em um banco. As garotas que anotam os ganhos são malvistas pelos patrões.

Os olheiros são homens do Primeiro Comando da Capital, o PCC. Segundo as investigações, garantem segurança aos negócios em troca de distribuição de drogas. Por segurança entende-se agir como tribunal do crime. “Eles julgam e aplicam o castigo, que pode ser cortar o cabelo, uma referência feminina forte, ou arrancar próteses mamárias. Há relatos até de assassinatos”, afirma Luciana Maibashi Gebrim, delegada da Polícia Federal que investigou o caso.

“Eu não tinha forças para sair de lá. Sou sozinha no mundo. Se eu sumo, quem vai saber? O medo me prendia”, diz Mariana. As dívidas consumiam tudo. “Cheguei a fazer 9 mil reais em 46 dias. Mas é um dinheiro que vai fácil porque você gasta suprimindo toda a infelicidade da noite anterior. Não tem família, não tem afeto. Você dorme e acorda com depressão.” Outras vítimas resgatadas afirmaram usar drogas para amenizar as dores e conseguir fazer programas consecutivos.

Em março deste ano, a Operação Cinderela pôs fim à agonia de Mariana. Seis pessoas foram presas e cinco seguem foragidas, acusadas de tráfico para fins de exploração sexual, trabalho escravo, organização criminosa e, no caso da bombadeira, exercício ilegal da medicina. Mariana e as colegas tinham acabado de chegar da rua. Eram 6h30. Apesar de todo o histórico de violações, algumas vítimas choraram quando souberam que a madrinha e outras cafetinas tinham sido presas. A mesma cena se repetiu em Ribeirão Preto.

“As mulheres são psicologicamente muito comprometidas com a empresa que as exploram. É uma rede de convencimento que gira em torno desse vínculo e temor criados. Há uma coação psicológica e moral para que permaneçam”, afirma Magno Riga, auditor do trabalho. Nenhuma conhecia seus direitos, assegurados por acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário e pela Constituição Federal - mostrados na cartilha Páginas Trans, publicada pela

ONU no ano passado.

Além dos policiais e de outros profissionais, uma equipe multidisciplinar especializada em transexualidade, liderada por Valeria Rodrigues, 39 anos, fez o acolhimento das vítimas. “Nós somos mulheres e sabemos o que elas viveram. Isso gera uma relação de confiança”, diz ela, que também foi expulsa de casa na adolescência, recorreu à prostituição e saiu determinada a ajudar outras mulheres trans. Valeria criou o Instituto Nice, em São Paulo, e passou a acolher homens e mulheres trans e prestar a eles serviços como auxílio para alteração do nome social na certidão para aquele pelo qual se reconhecem, direito garantido a qualquer pessoa no ano passado pelo Supremo Tribunal Federal.

Mariana não faz mais programas para sobreviver. “Eu lembro da primeira vez. Entregar seu corpo machuca muito. Fui para um motel, fiz o que tinha que fazer e fiquei dentro do quarto horas chorando. Tomei cinco banhos acreditando que poderia me limpar. A gente vale menos do que um pedaço de carne”, revela, dando um longo suspiro. Na semana seguinte ao resgate, ela ainda acordava com medo. Depois, passou. “Todas as pessoas deveriam ter o direito a uma noite de sono tranquila em uma cama limpa. Fazia muito tempo que eu não sentia isso.”

O novo caminho mudou a relação de todas com o corpo. A busca pela perfeição também ficou no passado. Aprenderam a gostar da imagem refletida no espelho e a acreditar que podem, sim, mais. Como poetizou Álvaro de Campos, heterônimo de Fernando Pessoa, agora elas carregam em si todos os sonhos do mundo.

Thais Lazzeri

Brasil ainda é negligente com a exploração e o tráfico de mulheres

Neste domingo (23) é celebrado o Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças

[\(Brasil de Fato, 23/09/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Mulheres e crianças representam 82% das vítimas de tráfico de pessoas no mundo, e o Brasil é o país com maior incidência na América do Sul, de acordo com o Escritório das Nações Unidas para o Combate às Drogas e ao Crime (UNODC). Este domingo (23), marca a data do Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o tráfico de Mulheres e Crianças. Para quem estuda e denuncia o tema, o país tem negligenciando o fenômeno e suas vítimas.

>De acordo com o balanço de dados colhidos pelo Disque 100, canal de denúncias relativas a casos de violação de direitos humanos, o Brasil teve 175 mil casos de exploração sexual de crianças e adolescentes entre 2012 e 2016, o que significa quatro casos por hora. Em relação ao tráfico de pessoas, o Disque 100 já mapeou este ano 14 casos até julho. Já o Disque 180, canal destinado a receber denúncias de casos de violência contra a mulher, registrou 102 ocorrências apenas em 2018, de acordo com o Ministério de Direitos Humanos.

Exploração no Pará

No entanto, os números representam apenas os casos que chegaram ao conhecimento do canal, o que indica subnotificação. Segundo a ativista Rebecca Souza, integrante do Grupo Assessor da Sociedade Civil (GASC) da Organização das Nações Unidas para Mulheres (ONU Mulheres), não existem programas eficientes para combater o fenômeno no país. Souza atua no Pará, segundo estado com maior número de exploração sexual infanto-juvenil.

“Tradicionalmente a região Norte é uma das mais afetadas, tanto com a questão da exploração sexual quanto pelo tráfico de mulheres. A rota do tráfico toda é aqui pelo Norte, pelo Pará. O Brasil é o quarto país em casamentos infantis, o sexto em exploração sexual e o terceiro na questão do tráfico de mulheres. O que estamos fazendo para combater isso? Não existe até hoje nenhum plano de nenhum governo que tenha combatido diretamente essa questão, principalmente aqui no Norte. Temos coletivos de mulheres e iniciativas de instituições como a ONU, mas não vemos isso sendo debatido”, afirma.

Souza relatou a questão das meninas “balseiras”, que vivem em locais próximos à Ilha de Marajó, no Norte do estado, região com um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. As meninas são levadas de barco até as balsas, que realizam trabalhos marítimos, e são exploradas sexualmente em troca de comida ou dinheiro. Além disso, ela relatou a rota de tráfico dos garimpos e da construção de grandes obras na região.

“Na maioria das vezes, o primeiro passo é levar as mulheres para o garimpo, depois algumas vão para a Europa, mas a maioria das que saem do país são as mulheres transexuais. Algumas realmente estão indo acreditando em uma questão de trabalho, chegam lá e é prostituição. Também há vários relatos de mulheres que foram sequestradas até mesmo na rua. Depois da construção de Belo Monte, por exemplo, a gente teve 60% de aumento de exploração infanto-juvenil. Muitas vezes, o próprio governo é omissivo ou causador dessa questão, no momento em que constrói uma grande obra mas não se atenta para os impactos sociais que ela pode ter”, denuncia.

De acordo com o psicólogo Antônio José Ângelo Motti, professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e ex-coordenador do projeto da Estratégia Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual no Mercosul (PAIR), a situação no Brasil é preocupante. Motti relata que os compromissos assumidos por meio do relatório final do programa, assinado em 2013, não foram cumpridos desde então.

Descaso governamental

“Hoje, não tem nenhuma mobilização a partir de uma estratégia nacional de proteção às crianças nas regiões de fronteiras. As legislações não foram alteradas para dar cobertura a essas ações. Para mim é muito preocupante, porque é um recurso enorme que foi gasto, seja financeiro, social ou institucional, milhares de pessoas nas 15 cidades onde o programa foi desenvolvido, para um produto estático. Então é um quadro de total negligência das autoridades nesse sentido, elas deixam de cumprir suas obrigações”, analisa.

O projeto apresentava propostas de trabalho para as cidades fronteiriças do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia, no âmbito da agenda da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, e trazia diretrizes, como o comprometimento dos governos nacionais na mobilização de políticas públicas, estimulação de campanhas conjuntas, divulgação de canais de denúncia e a implementação de sistemas de gestão de dados sobre o tráfico de crianças e adolescentes.

“A partir do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff isso foi totalmente esquecido, a partir de 2014. Com o governo Temer isso não foi recuperado também. Os governos já não estavam tão preocupados com os direitos humanos, principalmente de crianças e adolescentes. Houve uma queda acentuada no nível do status designado para esse campo das políticas públicas, isso foi um desprestígio muito grande, de tal forma que não foi monitorado pelas autoridades, nem pelos dirigentes. Infelizmente vimos esse processo de esvaziamento total da importância da agenda de Direitos Humanos nos governos”, opina.

O Brasil também é signatário, desde 2014, do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, conhecido como Protocolo de Palermo. Desde 2006, o país já teve três Planos Nacionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, sendo que o último corresponde ao Decreto 9.440, publicado no Diário Oficial da União, em 3 de julho deste ano. Destinado aos próximos quatro anos, o programa traz 58 metas destinadas à prevenção, repressão ao tráfico dentro do território nacional e responsabilização dos autores.

A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas é comandada pelo Ministério da Justiça (MJ). Contatada, a coordenadora da área não pode se pronunciar até a publicação da matéria, mas ressaltou que não existe nenhuma programação governamental para a data do 23 de setembro, porque o Ministério trabalha apenas com o Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, celebrado no dia 30 de julho.

De acordo com Rebecca Souza, a partir de janeiro de 2019, a ONU Mulheres implementará a campanha #ElaDecide, referente ao combate à exploração infanto-juvenil, com enfoque no norte do Brasil.

Júlia Dolce; Edição: Cecília Figueiredo

Argentina sedia reunião de ministras e altas autoridades de mulheres do Mercosul

Violência de gênero; tráfico de mulheres; gênero, trabalho e integração econômica; política de gênero no Mercosul e situação das mulheres negras da região no âmbito da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável estão entre os assuntos a serem abordados no encontro

[\(ONU Mulheres, 01/06/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Começa nesta quinta-feira (1/6), na Argentina, a 9ª Reunião de Ministras e Altas Autoridades das Mulheres do Mercosul (RMAAM). O encontro será realizado hoje e amanhã (1 e 2/6), no Palácio San Martín, Ministério das Relações Exteriores da Argentina.

A abertura oficial será conduzida por autoridades argentinas, com início previsto para as 11h30. As autoridades mencionadas são: a ministra do

Desenvolvimento Social, Carolina Stanley, a chanceler Susana Malcorra, e a presidenta do Conselho Nacional das Mulheres, Fabiana Tuñez. Estarão presentes ministras e altas autoridades dos demais países da região, assim como representantes de organismos internacionais - entre elas Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil - e especialistas convidadas.

Os trabalhos estarão centrados em informes nacionais sobre a situação das mulheres nos países do Mercosul, relatos das mesas técnicas e discussão sobre diretrizes para uma política de gênero no Mercosul. Dentre os conteúdos a serem apresentados e aprovados estão: o documento do projeto “Proposta de uma Estratégia Regional até o Desenvolvimento Sustentável das Mulheres Afrodescendentes do Mercosul” e informe sobre o projeto RMAAM - AECID “Apoio à implementação da política de gênero no Mercosul”.

Debates técnicos - A 9ª RMAAM é precedida por debates técnicos entre órgãos de políticas para as mulheres e organismos internacionais. Na manhã desta quinta-feira (1/6), a representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman, participa da mesa de debate sobre participação política das mulheres. Gasman abordará o tema: “Papel dos mecanismos de gênero na participação política das mulheres e contribuição para o alcance da paridade”.

Na quarta-feira (31/5), o documento do marco lógico do projeto “Proposta de uma Estratégia Regional até o Desenvolvimento Sustentável das Mulheres Afrodescendentes do Mercosul” foi apresentado para apreciação técnica. Em seguida, três mesas técnicas examinaram questões importantes para as políticas das mulheres do Mercosul.

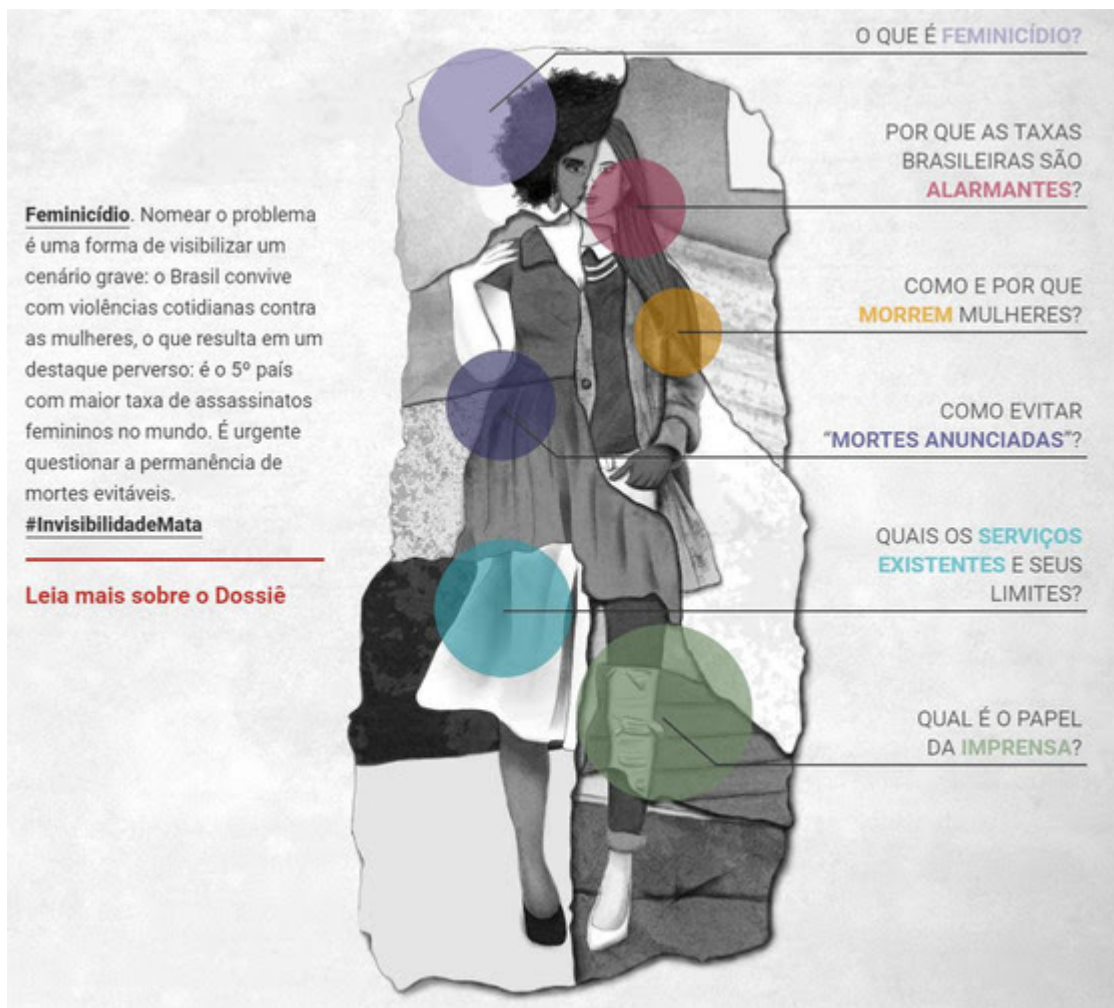
Na primeira delas, esteve em discussão a violência de gênero, com apresentação da iniciativa argentina “Mesa de trabalho com familiares de vítimas de feminicídio”, projeto de recomendação “Reconhecimento mútuo de medidas de proteção para mulheres que sofrem violência baseada em gênero” e projeto de declaração para as ministras “A prevenção e erradicação de todas as formas de violência como prioridade regional”.

Na segunda mesa técnica, o tema em evidência foi o tráfico de mulheres. O foco foi o seguimento aos resultados da reunião de consolidação do

“Mecanismo de articulação para atenção a mulheres em situação de tráfico internacional”. O terceiro tema abordado foi gênero, trabalho e integração econômica, com recomendação sobre a “Promoção de mulheres empreendedoras do Mercosul, redes e feiras de economia social e solidária”. Houve, ainda, a apresentação do projeto “Recomendação sobre portabilidade da previdência social no trabalho doméstico”.

Instituto Patrícia Galvão divulga dossiê sobre feminicídio #InvisibilidadeMata

Instituto Patrícia Galvão divulga hoje plataforma digital sobre feminicídio. O Brasil convive com violências cotidianas contra as mulheres, o que resulta em um destaque perverso: é o 5º país com maior taxa de assassinatos femininos no mundo, segundo o Mapa da Violência 2015.



Nomear o problema - o feminicídio - é certamente um passo fundamental, mas é preciso conhecer sua dimensão e desnaturalizar práticas, enraizadas nas relações pessoais e instituições, que colaboram para a perpetuação da violência contra as mulheres até o desfecho fatal.

(Agência Patrícia Galvão, 07/11/2016)

Para contribuir nesta frente, o [Dossiê Feminicídio #InvisibilidadeMata](#) busca elencar e debater perguntas essenciais que precisam ser respondidas com urgência: o que é feminicídio? Como e por que morrem as mulheres? Por que mulheres negras morrem mais? Qual é a real dimensão do problema no Brasil? Como evitar 'mortes anunciadas'? Além da violência doméstica e familiar, quais outras violências estão por trás desses assassinatos? Qual é a relação entre a violência contra as mulheres e outros contextos de insegurança pública? O Estado, por ação direta ou omissão, colabora para a ocorrência desses crimes? Como enfrentar esse problema nas diferentes

realidades em que vivem as mulheres em um país extenso e diverso como o Brasil?

Para debater estas e outras questões de modo objetivo, porém sem perder a profundidade que o tema demanda, foram consultadas diversas pesquisas, dados, documentos e legislações de referência. Também foram entrevistadas dezenas de especialistas de todas as regiões do país - pesquisadoras, operadores do Direito, profissionais que atuam no enfrentamento à violência, gestores, peritos, delegados, ativistas feministas, antirracistas e que defendem direitos de mulheres lésbicas, bis, transexuais, travestis e outros.

Dossiê Digital

O resultado está sistematizado em uma plataforma interativa para acesso via internet, com conteúdos organizados para garantir a autonomia de quem acessa o Dossiê, seja para consultas específicas ou para saber mais sobre o tema de um modo geral. Procura dar autonomia também para o uso das informações - todo o conteúdo está sob uma licença Creative Commons que permite a livre reprodução, desde que citada a fonte.

O Dossiê Femicídio é, assim, uma ferramenta de suporte para que jornalistas, comunicadoras, pesquisadoras, ativistas e interessados em geral possam pautar e debater questões fundamentais, cobrar direitos e desconstruir discriminações, contribuindo para evitar que mortes anunciadas sigam acontecendo sem provocar impacto na opinião pública e nem respostas satisfatórias das instituições do Estado.

Acesse: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/femicidio>

#InvisibilidadeMata

Junto à publicação deste Dossiê, o Instituto Patrícia Galvão está lançando um chamado a todos e todas que atuam com a comunicação, pedindo que profissionais de imprensa e blogueiras ajudem a visibilizar a gravidade do problema no Brasil e que publiquem matérias com as histórias de vítimas de femicídio ou que debatam o problema com a #InvisibilidadeMata.

Assim, diversas plataformas e veículos somam esforços para pautar o tema simultaneamente, contribuindo para dar o sentido de urgência que o

problema demanda. O Instituto lançou um convite ainda para que essas matérias sejam divulgadas via Twitter com a #InvisibilidadeMata, pois assim serão puxadas para dentro do Dossiê Femicídio, que conta com uma seção de comunicação compartilhada para reunir conteúdos de redes sociais que sejam relacionados à palavra-chave ([saiba mais sobre a estrutura e seções do Dossiê Femicídio](#)).

Ex-escrava sexual do Estado Islâmico vira embaixadora da ONU

Iraquiana Nadia Murad Basee Taha, de 23 anos, sobreviveu aos maus tratos e abusos do grupo; ela pede liberdade para as cerca de 3.200 mulheres e crianças em poder do EI

Uma jovem iraquiana que sobreviveu a um sequestro e aos abusos a que foi submetida como escrava sexual do grupo extremista Estado Islâmico se converteu em embaixadora da Boa Vontade das Nações Unidas para a Dignidade dos Sobreviventes do Tráfico Humano.

[\(Estadão, 17/09/2016 - Leia a íntegra no site de origem\)](#)

Nadia Murad Basee Taha, de 23 anos, pediu que seja feita justiça para as vítimas dos grupos jihadistas e defendeu o reconhecimento do ataque de 2014 contra a comunidade yazidi como um genocídio.

A jovem foi sequestrada em casa, em agosto de 2014, na aldeia de Kocho, perto da cidade de Sinjar, no norte do Iraque, e foi levada para a cidade de Mosul, pelo Estado Islâmico. Ela foi muitas vezes estuprada e também comercializada entre membros do grupo. "Fui usada da maneira que eles queriam me usar. E não estava sozinha", disse Murad durante uma cerimônia

na sededa ONU.

Com a voz embargada, Murad pediu que as cerca de 3.200 mulheres e crianças yazidis que ainda são escravas sexuais do grupo sejam libertadas e que os sequestradores sejam levados à justiça.

“Meu medo real é que quando o Estado Islâmico tenha sido vencido, que os militantes e terroristas façam suas barbas e caminhem pelas ruas como se nada tivesse acontecido”, disse. “Não podemos permitir que isso aconteça.”

Como embaixadora da Boa Vontade, Murad se dedicará a aumentar a consciência sobre a dramática situação das vítimas do tráfico de pessoas, especialmente os refugiados, as mulheres e as crianças.

Os líderes mundiais se reunirão na semana que vem no debate anual da Assembleia Geral da ONU, enquanto o Iraque e o Reino Unido lançarão na segunda-feira uma campanha para pressionar para que o Estado Islâmico seja responsabilizado pelos seus crimes. (AFP)

Pesquisa nacional inédita revela percepção e conhecimento da sociedade sobre o tráfico de mulheres

(Associação Mulheres pela Paz, 01/08/2016) Dentre os inúmeros resultados da pesquisa está o dado surpreendente de que 96% das pessoas entrevistadas acreditam que há tráfico de mulheres no Brasil, sendo que 82% avaliam que isso ocorra em sua própria cidade, o que descarta a crença vigente de que o tema é lenda urbana ou assunto fictício de novela.

Com realização da Associação Mulheres pela Paz e execução do Datafolha Instituto de Pesquisas, os resultados completos, constantes da publicação anexa, foram divulgados em evento no dia 29 de julho (sexta-feira), às 9h, no Hotel Boulevard, situado à Av. São Luís, 234, no centro de São Paulo. Em seguida, houve um seminário de capacitação sobre a temática, com a presença de lideranças brasileiras que atuam na rede de enfrentamento à violência contra a mulher, de ONGs, órgãos governamentais e universidades. A etapa qualitativa contou com a participação de dez especialistas no tema, das diversas regiões brasileiras, que estiveram presentes no lançamento como comentaristas. Foram entrevistadas 1.585 pessoas na etapa quantitativa, de oito capitais brasileiras: Florianópolis/SC (região Sul); Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP (região Sudeste); Goiânia/GO (região Centro-Oeste); Natal/RN e Fortaleza/CE (região Nordeste); e Belém/PA (região Norte).

O tráfico de seres humanos é a terceira maior atividade criminosa do mundo, superada apenas pelo tráfico de armas e drogas. Calcula-se um lucro anual de quase 32 bilhões de dólares. Aproximadamente 83% das vítimas são mulheres, a maioria para fins de exploração sexual, entre 18 e 29 anos, pobres e com baixa escolaridade. Dentre as demais finalidades, estão o trabalho análogo à escravidão, adoção ilegal de crianças e adolescentes - que inclui servidão doméstica - e venda de órgãos. Cerca de 2,4 milhões de pessoas são traficadas por ano, mundialmente. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) aponta como causas principais a ausência de oportunidades de trabalho; a discriminação de gênero; a instabilidade política, econômica e civil; a violência doméstica; a emigração indocumentada; o turismo sexual; a corrupção de funcionários públicos; as leis deficientes.

O problema foi reconhecido como uma questão global e transnacional significativa somente em 2000, por ocasião da Convenção de Palermo das Nações Unidas, resultando no primeiro conjunto importante de políticas internacionais de prevenção, repressão e responsabilização. O Brasil é considerado país de origem, destino e circulação, envolvendo ao menos 241 rotas nacionais e internacionais, conforme revelou, em 2002, a Pestraf (Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Crianças, Mulheres e Adolescentes para

Fins de Exploração Sexual). Foi em 2004, que o governo brasileiro ratificou o Protocolo de Palermo e passou a adotar medidas visando enfrentar a grave questão.

Os recursos para este projeto são provenientes de uma emenda parlamentar de 2014, de Luiza Erundina de Sousa, deputada federal pelo estado de São Paulo, viabilizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Ministério da Justiça. O projeto também é apoiado pela Fundação Ford e PWAG (Suíça). A parceria nacional, como nos anos anteriores em que a entidade levou a cabo, Brasil afora, seminários e painéis sobre o tema, continua a ser com a Rede Mulher de Educação, União de Mulheres de São Paulo, Geledés Instituto da Mulher Negra e Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres.

Acesse o relatório da [Pesquisa Percepção da sociedade sobre o tráfico de mulheres \(Associação Mulheres pela Paz/Datafolha, 2016\)](#)

“Apenas 1 em cada 100 pessoas” é resgatada do tráfico humano

(Rádio ONU, 29/07/2016) *Informação é chefe do Escritório da ONU sobre Drogas e Crime, Unodc, em Nova York; para o diretor-geral da agência, este é um “crime parasita”; 30 de julho é o Dia Mundial de Combate ao Tráfico de Pessoas.*

“Apenas 1 em cada 100 pessoas é resgatada do tráfico humano”, de acordo com a chefe do Escritório da ONU sobre Drogas e Crime, Unodc, em Nova York.

Simone Monasebian disse à Rádio ONU que “todos os países são destino, trânsito ou origem” do tráfico humano, um “negócio” que movimenta “bilhões de dólares”. Este sábado, 30 de julho, é o Dia Mundial de Combate ao Tráfico

de Pessoas.

Brasil

De Brasília, o analista de programa do Unodc no Brasil, Gilberto Duarte, falou sobre as ações que a agência tem feito para combater o crime no país. Ele afirmou que o Unodc vem trabalhando com o governo brasileiro no área desde 2002.

“Ultimamente nós temos feito uma série de treinamentos (...) além disso, nós contamos com a Ivete Sangalo, que nos ajuda a disseminar mensagens de prevenção ao tráfico de pessoas. Nós destacamos também a semana de mobilização que acontece todos os anos na semana do dia 30 de julho. Esta semana, por exemplo, a Defensoria Pública da União lançou aqui no Brasil um concurso de redação, em parceria com o Unodc e outras instituições, que é voltado para estudantes de escolas públicas.”

Para o especialista, essa é uma forma “muito interessante de levar o tema para debate nas escolas”.

Crime Parasita

Para o diretor-executivo do Unodc, o tráfico humano é um “crime parasita que se alimenta de vulnerabilidade, prospera em tempos de incerteza e lucra com inação”.

Em mensagem sobre a data mundial, Yury Fedotov afirmou que “criminosos se aproveitam de pessoas passando necessidade e sem apoio e vêem os migrantes, especialmente crianças, como alvos fáceis para exploração, violência e abuso”.

Crises Humanitárias

Fedotov ressaltou que “conflitos armados e crises humanitárias expõem as pessoas presas no fogo cruzado a um risco maior de serem traficadas para exploração sexual, trabalho forçado, remoção de órgãos, servidão e outras formas de exploração”.

Segundo o chefe do Unodc, o relatório do Escritório, que será lançado este

ano, destaca a ligação entre o tráfico humano e os fluxos de refugiados de países incluindo Síria a Eritreia e envolvendo refugiados Rohingya do Mianmar e Bangladesh.

Fundo e Convenção

Fedotov pediu aos governos que ratifiquem e implementem a Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional e seus protocolos sobre tráfico e contrabando de migrantes para proteger as vítimas e promover a cooperação internacional necessária para levar os criminosos à justiça.

Ele também fez um apelo a governos, empresas e indivíduos que apoiem o [Fundo Voluntário da ONU para as Vítimas do Tráfico de Pessoas](#).

Laura Gelbert

Acesse no site de origem: [“Apenas 1 em cada 100 pessoas” é resgatada do tráfico humano \(Rádio ONU, 29/07/2016\)](#)

Operação da Interpol liberta mais de 2 mil latinos vítimas de tráfico humano

(IstoÉ, 28/07/2016) Mais de 2.700 vítimas do tráfico de seres humanos na América Latina, incluindo adolescentes, foram libertadas graças a uma grande operação coordenada pela Interpol, informou nesta quinta-feira a organização de cooperação policial internacional.

Batizada de Operação Intercops - Spartacus III, a operação realizada em junho se concentrou inicialmente em três aeroportos suspeitos de serem centros de tráfico de seres humano: os aeroportos internacionais de Ministro Pistarini (Ezeiza) em Buenos Aires (Argentina), Guarulhos em São Paulo

(Brasil) e El Dorado, em Bogotá (Colômbia), indica em um comunicado a organização com sede em Lyon (França).

A operação, realizada em cooperação com 25 países, incluindo Brasil, Argentina, Bolívia e Peru, permitiu realizar 134 prisões e desmantelar sete redes de crime organizado, acrescentou a Interpol.

O anúncio da operação acontece dois dias antes do Dia Mundial de Luta contra o Tráfico de Seres Humanos, em 30 de julho.

Entre as vítimas resgatadas, 27 adolescentes eram exploradas como prostitutas ou como mão de obra barata em diferentes países.

No Brasil, uma agência de adoção foi fechada por suposto tráfico de crianças e bebês originários do leste europeu.

No Equador, várias meninas, que haviam sido contactadas via redes sociais, foram raptadas na porta da escola antes de serem drogadas e levadas para fora do país.

No Peru, cerca de 900 policiais também participaram de uma operação contra a escravidão sexual e o trabalho forçado na cidade mineradora de La Rinconada, libertando 190 mulheres e 250 homens e prendendo cinco suspeitos.

“Os efeitos desta operação em grande escala policial internacional vai muito além da América Latina, e coloca em evidência o valor da Interpol para ajudar a polícia dos países de origem, trânsito e destino (do tráfico de seres humanos) a trabalhar juntos para enfrentar as redes criminosas por trás do comércio de pessoas”, declarou Tim Morris, diretor executivo da Interpol para os serviços de polícia, no comunicado.

“Este é apenas um exemplo do trabalho da Interpol na luta contra o tráfico de pessoas que afeta todas as regiões do mundo”, ressaltou Morris, acrescentando que a organização “garante que as polícias locais vão ter o treinamento e as ferramentas necessárias para identificar rotas, prender criminosos e resgatar as vítimas”.

Esta ampla operação permitiu desmantelar a rede “Paniagua” na Colômbia, onde centenas de mulheres e meninas eram transferidas da América Latina para a China.

A organização, liderada por uma mulher colombiana e seu filho de 34 anos, prometia às suas vítimas uma vida melhor em Guangzhou. Forneciam documentos falsos, passagens de avião e alojamento.

Uma vez na China, essas mulheres eram transformadas em escravas sexuais.

Na operação também foi preso o venezuelano Johnny Cordero Eliexer Belisario, de 32 anos, que era alvo de um alerta das autoridades da República Dominicana por crimes de tráfico e exploração sexual.

Ele é suspeito de ter enganado centenas de mulheres na Venezuela e Colômbia para viajar para a República Dominicana, onde eram forçadas à prostituição.

Em paralelo, as autoridades colombianas também realizaram várias intervenções contra organizações de tráfico de migrantes.

“Os resultados refletem a qualidade da preparação antes da operação. Se as forças policiais de inteligência da América do Sul colaborarem vamos continuar desmantelando estas redes criminosas”, declarou o coronel Juan Carlos Gómez Arias, responsável da Interpol na Colômbia.

Em 2012 e 2014, as operações Spartacus I e II resultaram no resgate de mais de 1.000 vítimas.

Acesse no site de origem: [Operação da Interpol liberta mais de 2 mil latinos vítimas de tráfico humano \(IstoÉ, 28/07/2016\)](#)

Para metade dos brasileiros, vítima do tráfico de mulheres busca ‘vida fácil’

(Folha de S.Paulo, 27/07/2016) Ela nutre a esperança de sair do lugar pobre ou miserável em que vive e ir para um local melhor, onde seus sonhos serão realizados. Embarca, por isso, numa promessa, mas descobre ter sido enganada. É trancafiada e explorada.

Essa mulher, vítima do tráfico de pessoas, iludiu-se porque buscava uma “vida fácil”, na opinião de 55% dos brasileiros.

Leia mais: [Operação da Interpol liberta mais de 2 mil latinos vítimas de tráfico humano \(IstoÉ, 28/07/2016\)](#)

A noção de que a vítima do tráfico humano tem uma parcela de culpa pelo crime é respaldada pela metade da população do país, como mostra a pesquisa “Percepção da Sociedade Sobre o Tráfico de Mulheres”, realizada pelo Datafolha em parceria com a Associação Mulheres Pela Paz.

O cenário, para o brasileiro, é real: 96% dos entrevistados acreditam que existe tráfico de mulheres no Brasil. Para 82%, o crime acontece em sua própria cidade. Outros 16% declararam conhecer alguma vítima, mesmo que só de “ouvir falar”.

“Essa ‘vida fácil’ é um indicativo do quanto as pessoas associam a ideia do tráfico à da prostituição. Todas as pessoas em situação de tráfico sonham com um vida melhor”, diz Cláudia Luna, presidente do Movimento Contra o Tráfico de Pessoas.

A pesquisa, feita em oito capitais do país, mostra que a primeira ideia que vem à cabeça dos brasileiros quando se fala em tráfico de mulheres é justamente a da prostituição: 12% citaram a palavra. O Datafolha ouviu 1.585 pessoas entre os dias 26 e 28 de abril, em Belém, Fortaleza, Natal, Goiânia,

Belo Horizonte, São Paulo, Rio e Florianópolis.

A prostituição também é a mais citada quando se pergunta “o que é o tráfico de mulheres?”. Foi a resposta dada por 31% dos entrevistados, seguida por tráfico de pessoas (30%), desrespeito (26%) e escravidão (25%).

“É um tema muito novo, que vem sendo discutido há pouco tempo. Entrou na agenda da ONU só no ano 2000, quando houve uma conferência em Palermo [Itália]. O Brasil assinou esse protocolo só em 2004”, conta Vera Vieira, diretora executiva da Associação Mulheres pela Paz.

OLHAR PRECONCEITUOSO

Para 43%, o tráfico acontece com consentimento da vítima. “Ter o consentimento não significa que a vítima está de acordo com o fato de sofrer abusos. Acaba sendo um olhar preconceituoso, estigmatizado, da mesma forma que se tem em relação à vítima da violência doméstica. É a mesma lógica patriarcal e machista”, afirma Vera.

Para ela, existe uma confusão entre tráfico de mulheres, contrabando de migrantes e prostituição com exploração sexual, sendo que a mídia, ao misturar esses conceitos, contribui para culpabilizar a vítima. Segundo a pesquisa, 66% concordam com essa visão: a cobertura da imprensa sobre o tráfico de mulheres tem viés criminal. Para 87%, falta informação sobre o tema.

Para configurar o tráfico humano, é preciso haver recrutamento, transporte e alojamento de pessoas por meio de coerção, violência e cárcere privado, com a finalidade de explorar a vítima pela prostituição ou pelo trabalho, por exemplo.

Os casos são subnotificados. “O tráfico de pessoas ainda é um fenômeno invisível”, afirma Cláudia Luna. Segundo o último “Relatório Nacional Sobre Tráfico de Pessoas”, de 2013, organizado pelo Ministério da Justiça, foram registrados, entre 2005 e 2013, 545 casos no DAC (Divisão de Assistência Consular), do Ministério das Relações Exteriores. Do total, 70% foram tráfico

para exploração sexual, e 30% para trabalho escravo.

De acordo com Vera Vieira, 83% das vítimas do tráfico de pessoas são mulheres para fins de exploração sexual. “Você acaba caindo nessa construção de colocar a mulher na posição de objeto que está à venda, o que a gente chama melhor de ‘coisificação feminina’. As vítimas são jovens, entre os 18 e os 29 anos, pobres e têm baixa escolaridade, normalmente”, afirma.

Segundo ela, o tráfico de mulheres está dentro do “espectro da violência contra a mulher”. “Essa violência vem da desigualdade de gênero, essa construção milenar que coloca a mulher em condição de insubordinação em relação ao homem. Isso não é papo de feminista, as pesquisas mostram isso.” A ideia de que mulheres e crianças são as principais vítimas do tráfico de pessoas é confirmada por 68% dos entrevistados.

SERVIÇOS

Mais da metade da população brasileira diz conhecer os serviços de ajuda às vítimas do tráfico de mulheres. Os números de atendimento telefônico como o 190 e o 180 são conhecidos por 89% e 54% dos entrevistados, respectivamente. O apoio do governo, porém, é considerado ruim ou péssimo por 66%.

Para Dalila Figueiredo, que preside a Asbrad (Associação Brasileira de Defesa da Mulher), ONG responsável, ainda no final dos anos 1990, pelo primeiro posto avançado de atendimento humanizado a vítimas de tráfico humano no Aeroporto Internacional de Guarulhos, os serviços precisam ser “fortalecidos”.

“Eu tenho receio de retrocesso, não só do ponto de vista político. As ONGs estão em dificuldade, muitas delas, precursoras, já fecharam as portas. Nós temos várias barreiras para superar, sob pena de que aquilo que foi construído até agora se perca”, afirma.

Segundo ela, o posto do aeroporto de Guarulhos, mantido apenas pela prefeitura da cidade, deveria ter cofinanciamento dos governos estadual e

federal. “Não pode recair todo o encargo para o município. Nossa política pública é para o mundo. Além disso, Guarulhos requer com urgência um centro de imigrações e um de acolhimento, que é algo que a gente defende há muitos anos. Toda vítima de tráfico é um migrante.”

Os dados da pesquisa Datafolha serão apresentados nesta sexta-feira (29), em evento da Associação Mulheres Pela Paz, em São Paulo.

Estêvão Bertoni

Acesse o PDF: [Para metade dos brasileiros, vítima do tráfico de mulheres busca 'vida fácil' \(Folha de S.Paulo, 27/07/2016\)](#)